Art. 34. Considera-se, para efeito da capacidade útil do veículo, todas as poltronas disponíveis, exceto a do motorista e a do cobrador, respeitando as especificações do fabricante.

§ 1º Considerar-se-á lotado o veículo que estiver com sua capacidade útil ocupada por usuários.

§ 2º Não é permitido o excesso de lotação, ressalvado o disposto nos parágrafos 3º e 4º deste artigo.

§ 3º Excepcionalmente, o Poder Delegante poderá, a seu critério, autorizar usuários excedentes até o limite de 50% (cinquenta por cento) da lotação sentada, especificamente, no Serviço de Transporte Intermunicipal de Passageiros Semi-urbano prestados por ônibus.

§ 4º Fica terminantemente proibido ao Serviço de Transporte Intermunicipal de Passageiros Semi-urbano operado por veículos utilitários e microônibus, o transporte de usuários que não estejam acomodados em poltronas, respeitando a capacidade útil do veículo, conforme **caput**.

Art. 35. Como condição para prestarem Serviços de Transporte Intermunicipal de Passageiros na modalidade Rodoviário, os veículos da frota das empresas delegadas deverão estar devidamente registrados, fiscalizados e vistoriados, junto ao Poder Delegante.

§ 1º Os veículos que tiverem seus registros por qualquer motivo cancelados serão substituídos, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, caso haja necessidade de complementação do número estipulado para a frota dimensionada da empresa delegada, incluindo a frota reserva prevista no art. 28 desta Lei.

§ 2º A regulamentação desta Lei disporá sobre as condições necessárias para o registro do veículo, bem como sobre o cancelamento deste.

Seção III Dos Acidentes

Art. 36. No caso de acidente, a empresa delegada fica obrigada a:
I - adotar as medidas necessárias visando prestar imediata e adequada e total assistência aos usuários e prepostos;

II - comunicar, por escrito, o fato ao órgão ou entidade do Poder Delegante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, indicando as circunstâncias e o local do acidente, além das medidas adotadas para atendimento do disposto no inciso anterior;

III - manter, pelo período de 1 (um) ano, os dados do equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade, distância e tempo, ou de outro dispositivo eletrônico com tal finalidade, do veículo envolvido no acidente, devidamente arquivados, em perfeito estado de conservação, podendo os mesmos serem requisitados pelo Poder Delegante;

IV - comunicar, imediatamente, aos órgãos de polícia competente sobre o acidente.

Art. 37. Quando do acidente resultar morte ou lesões graves, serão avaliadas suas causas tendo em vista os seguintes elementos:

I - dados constantes do equipamento registrador instantâneo inalterado de velocidade, distância e tempo, ou outro dispositivo eletrônico;

II - regularidade da jornada de trabalho do motorista;

III - seleção, treinamento e capacitação do motorista;

IV - manutenção dos veículos;

V - perícia realizada por órgão ou entidade competente.

§ 1º O Poder Delegante manterá controle estatístico de acidente de veículo por empresa delegada.

§ 2º O Poder Delegante deve estabelecer, em regulamento, critérios objetivos para avaliar os acidentes que poderão ensejar a extinção, prorrogação ou não da concessão e permissão, bem como a cassação de autorização.

CAPÍTULO VI DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS NA MODALIDADE RODOVIÁRIO

Seção I Das Tarifas

Art. 38. A remuneração dos Serviços de Transporte Intermunicipal de Passageiros na modalidade Rodoviário realizar-se-á através do pagamento de tarifa pelos usuários.

§ 1º Compete ao Poder Delegante a definição das tarifas referentes aos Serviços de Transporte Intermunicipal de Passageiros na modalidade Rodoviário.

§ 2º Compete ao Poder Delegante, de ofício ou a pedido do interessado, a revisão e reajuste das tarifas referentes aos Serviços de Transporte Intermunicipal de Passageiros na modalidade Rodoviário, nos termos das normas legais, regulamentares e pactuadas pertinentes.

§ 3º Poderá o Poder Delegante prever, em favor da empresa delegada, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas, nos termos dos arts. 11 e 17 da Lei nº 8.987 de 1995.

§ 4º A definição, revisão e reajuste das tarifas referentes aos Serviços de Transporte Intermunicipal de Passageiros na modalidade Rodoviário levará em consideração os seguintes aspectos, conforme disciplinado no regulamento desta Lei:

I - a média dos parâmetros dos índices de consumo de cada serviço;

II - a remuneração do capital empregado para a prestação do serviço e o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, consideradas obrigatoriamente para a aferição do inicial equilíbrio econômico-financeiro do contrato as fontes de receita previstas §3º deste artigo;

III - a manutenção do bom nível do serviço estipulado para as linhas e a possibilidade de sua melhoria;

IV - o recolhimento mensal das taxas correspondentes à receita decorrente da operação do serviço, obtida pela empresa delegada, à Secretaria de Fazenda do Estado do Piauí ou de outro órgão ou entidade indicados pelo Poder Delegante, nos termos do art. 69 desta Lei;

V - o bom nível de serviço prestado;

VI - a coleta de dados e a prestação de informação pelas empresas delegadas através de procedimentos uniformes;

VII - os mecanismos de controle que garantam a confiabilidade das informações;

VIII - outros princípios e critérios básicos adotados nesta Lei e em regulamento, para aprimoramento do modelo tarifário;

IX - observar, em todos os casos, o que expressa o art. 4º desta Lei.

Art. 39. Os parâmetros operacionais adotados na planilha tarifária serão analisados periodicamente através da fiscalização da contabilidade e dos métodos e as práticas na execução da atividade, objetivando o aperfeiçoamento do nível do serviço.

Seção II Dos Bilhetes de Passagem e sua Venda

Art. 40. É vedada a prestação de Serviço de Transporte Intermunicipal de Passageiros na modalidade Rodoviário, sem a emissão do respectivo bilhete de passagem a cada usuário, exceto nos casos previstos em Lei.

Parágrafo único. Os bilhetes de passagem, confeccionados e emitidos pela empresa delegada, serão padronizados conforme a regulamentação desta Lei.

Art. 41. A venda de passagens será feita pela própria empresa delegada nos terminais rodoviários e em suas agências e, na ausência destes, por agentes credenciados, admitindo-se, ainda, que ao longo do itinerário seja feita dentro do veículo.

Art. 42. As passagens deverão estar à venda em horários compatíveis com o serviço e o interesse público, com a abertura de vendas no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas antecedentes ao da respectiva viagem, exceto com relação aos serviços semi-urbanos.

Art. 43. É livre a concessão de desconto ou promoção na tarifa pelas empresas delegadas, devendo ser efetivada em caráter uniforme na linha, em toda a sua extensão, e para todos os usuários, devendo, no entanto, solicitar a autorização ao Poder Delegante com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º A autorização de que trata o **caput**, só deverá entrar em vigor com a homologação do Poder Delegante que estabelecerá o percentual, o prazo máximo e os períodos, conforme regulamento.

§ 2º Tem garantido o direito à tarifa diferenciada, e enquanto puder comprovar, o usuário que se utiliza do Sistema de Transporte, diariamente, conforme diretrizes estabelecidas neste artigo.

Art. 44. As empresas delegadas obrigam-se a proporcionar seguro de responsabilidade civil, no limite mínimo fixado no respectivo Edital de Licitação.

Art. 45. Fica isento do pagamento de tarifa o servidor público responsável pela fiscalização por parte do Poder Delegante que esteja em trabalho, requisitado por este, e necessite se deslocar para a atividade a que foi designado, devendo a empresa delegada reservar-lhe uma poltrona, desde que a reserva tenha sido requisitada pelo menos 12 (doze) horas antes da partida do veículo, salvo em caso de urgência e/ou emergência exigidas pela atividade a que foi designado.

Seção III Da Bagagem e das Encomendas

Art. 46. O preço da tarifa abrange necessariamente, a título de franquia, o transporte obrigatório e gratuito para o usuário de bagagem no bagageiro e no porta-embulho do veículo, nos termos desta Lei e de sua regulamentação.

§ 1º Cada usuário, individualmente, terá direito de portar bagagem:

I - no bagageiro: até o limite de 30kg (trinta quilogramas) de peso, sem que o volume total ultrapasse 300dm³ (trezentos decímetros cúbicos) ou, cada volume, 1m (um metro) em sua maior dimensão; e

II - no porta-embulho: até o limite de 5kg (cinco quilogramas), com dimensões que se adaptem ao porta-embulho, desde que não comprometa a higiene, a limpeza, o conforto e a segurança dos usuários.

§ 2º O Poder Delegante regulamentará o custo a ser arcado pelo usuário nos excessos aos limites indicados no parágrafo anterior.

§ 3º Em todos os casos serão respeitados os limites do peso bruto total, ou do peso bruto total combinado com peso por eixo, fixado pelo fabricante, bem como a capacidade máxima de tração da unidade tratora.

§ 4º O transporte de coisas, produtos e bagagens, conduzidas no bagageiro, somente poderá ser feito mediante a respectiva emissão do talão de bagagem.

Art. 47. Garantida a prioridade de espaço no bagageiro para condução da bagagem dos usuários e das malas postais, a empresa delegada poderá utilizar o espaço remanescente para o transporte de encomendas, desde que:

I - seja resguardada a segurança dos usuários e de terceiros;

II - seja respeitada a legislação em vigor referente ao peso bruto total máximo do veículo, aos pesos brutos por eixo ou conjunto de eixos e à relação potência líquida/peso bruto total máximo;

III - as operações de carregamento e descarregamento das encomendas sejam realizadas sem prejudicar a comodidade e a segurança dos usuários e de terceiros, e sem acarretar atraso na execução das viagens ou alteração do esquema operacional aprovado para a linha;

IV - o transporte seja feito mediante a emissão de documento fiscal apropriado, observadas as disposições legais.

Art. 48. O transporte de coisas e produtos, quando admitido pelo Poder Delegante, atenderá ao disposto nesta Lei e em regulamento.

Art. 49. Nos casos de extravio ou dano de coisas, produtos e/ou bagagem, conduzida no bagageiro, a empresa delegada indenizará o usuário, caso esta não tenha exigido a declaração do valor da coisa, produto e/ou bagagem a fim de fixar o limite da indenização, conforme o Código Civil, em quantia equivalente de 10 (dez) a 70 (setenta) vezes o valor da maior tarifa vigente do serviço utilizado, independente do trecho, na forma estabelecida em regulamento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data da reclamação e apresentação da etiqueta da bagagem extraviada.

§ 1º As empresas delegadas somente serão responsáveis pelo extravio ou dano de coisas, produtos e/ou bagagem, transportada no bagageiro, desde que apresentado pelo usuário comprovante do respectivo talão de bagagem até o limite fixado no **caput** deste artigo.

§ 2º Fica facultado ao usuário pagar prêmio de seguro para a cobertura por dano ou extravio de sua bagagem.

§ 3º Para fins do parágrafo anterior, as empresas delegadas são obrigadas a